

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e duas empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo dezenove mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, dez Centros Universitários e quarenta e nove Faculdades, distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

Em 28 de junho de 2017 o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE apreciou o Ato de Concentração nº 08700.006185/2016-56 e decidiu pela não aprovação da aquisição da Companhia pela Kroton Educacional S.A.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 15 de março de 2018, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2017:

IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa da IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que a IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Em 2017, a Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada dos três aspectos da IFRS 9 mencionados acima. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças decorrentes de informações razoáveis e passíveis de sustentação que estão sendo disponibilizadas à Companhia em 2018, quando o Grupo passará a adotar a IFRS 9/CPC 48. Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48. A Companhia espera um aumento na provisão para perdas com as Contas a Receber, resultando em um impacto negativo sobre o patrimônio líquido, conforme discutido abaixo.

A Companhia tem a expectativa de continuar avaliando pelo valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos ao valor justo.

Empréstimos, bem como contas a receber de clientes, são mantidos para captar fluxos de caixa contratuais e deverão gerar fluxos de caixa representando apenas pagamentos de principal e juros. A Companhia analisou as características contratuais de fluxo de caixa desses instrumentos e concluiu que eles atendem aos critérios de mensuração de custo amortizado de acordo com a IFRS 9. Portanto, não se faz necessária a reclassificação para esses instrumentos.

A Companhia aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em contas a receber de clientes. A Companhia estima que devido à natureza não garantida dos seus recebíveis, a provisão para perdas aumentará entre R\$ 60.000 e R\$ 80.000, com a correspondente redução do passivo fiscal diferido no montante entre R\$ 20.000 e R\$ 27.000. Sendo assim, esses impactos deverão reduzir o Patrimônio Líquido no início do exercício de 2018 entre R\$ 40.000 e R\$ 53.000.

A Companhia não opera com transações de derivativos e relações de *hedge*.

IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações.

A Companhia irá adotar a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2018 e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Em geral, a Companhia não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto quanto ao Resultado do Exercício, a partir de janeiro de 2018, pelo reconhecimento da Receita dos alunos que possuem financiamento do Governo Federal, FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), com contrato suspenso por pendências no Sistema oficial do programa (SisFies). À luz do que determina o IFRS 15.12, um contrato não existe se cada parte do contrato tiver o direito incondicional de rescindir inteiramente o contrato não cumprido, sem compensar a outra parte. Assim, os alunos não aditados no SisFies deverão negociar um novo contrato com a Instituição de ensino sem

o financiamento do FIES. A Companhia não reconhecerá a receita dos alunos em processo de aditamento do FIES até que sejam aditados ou firmado contrato com a Companhia para prestação do serviço de ensino. A Companhia estima que o montante da Receita não registrada por conta deste assunto seja menor que 0,5% da Receita Líquida Anual.

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. A IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que atualmente parte desses contratos são reconhecidos como arrendamentos operacionais, sendo os pagamentos contabilizados de forma linear ao longo do prazo do contrato. Todavia, o Grupo ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante, mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Diretas:

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")
Estácio Editora ("EDITORA")
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

Indiretas:

Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")
Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas

de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

1.5 Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Em 2017 não houve aquisição. A aquisição realizada em 2016 está resumida a seguir:

Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. (FUFES)

Em 10 de março de 2016, a Estácio adquiriu, através da sua controlada indireta Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda. ("ATUAL"), a totalidade das quotas da Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda., pelo montante de R\$ 9.500. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2017, em decorrência dessa aquisição é de R\$ 3.180, sendo R\$3.000 referente ao valor principal e R\$180 de atualização monetária (R\$ 3.098 em 31 de dezembro de 2016, sendo R\$3.000 referente ao valor principal e R\$98 de atualização monetária).

A FUFES, fundada em 2012, possuía na data de aquisição aproximadamente 1.500 alunos, 2.760 vagas totais autorizadas, contando em seu portfólio com 5 cursos superiores em fase de maturação. Localizada em Feira de Santana, a aquisição visa ampliar a capilaridade da Estácio no ensino superior no Estado da Bahia, agregando um portfólio de cursos na área de saúde, especificamente os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Fisioterapia, Nutrição e Radiologia, portfólio este, identificado como sendo de alta demanda pelo mercado de trabalho na região. Por fim, a operação na cidade permitirá a exploração de ganhos importantes de qualidade acadêmica, eficiência e escala.

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	<u>FUFES</u>
Valor da aquisição	
Caixa	5.455
Compromissos a pagar	<u>3.000</u>
Total da Contraprestação	<u>8.455</u>
Ativos Líquidos identificáveis adquiridos	(49)
Ágio	<u>8.406</u>
Alocação do ágio	

Marca	2.240
Licença de operação	261
Carteira de alunos	758
IR CS diferidos	(1.108)
Goodwill	6.255
	<hr/>
	8.406
	<hr/>
Clientes	1.569
Créditos diversos	18
Imobilizado	758
Intangível	11
Empréstimos e financiamentos	(694)
Fornecedores	(253)
Obrigações trabalhistas	(659)
Obrigações tributárias	(540)
Parcelamentos	(161)
	<hr/>
Ativos líquidos adquiridos a valor contábil	49
	<hr/>

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.3 Títulos e valores mobiliários

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários de acordo com a finalidade determinada pela Administração para a qual foram adquiridos e estabelece a classificação no reconhecimento inicial para estes ativos financeiros, conforme as seguintes categorias:

- títulos para negociação - são adquiridos com finalidade de venda no curto prazo e mensurados ao valor justo. Os juros, as atualizações monetárias e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registrados no resultado;

- títulos mantidos até o vencimento - são adquiridos com a intenção e capacidade financeira de manutenção em carteira até o vencimento, sendo reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, tendo os rendimentos alocados ao resultado; e
- títulos disponíveis para venda - são instrumentos não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. São mensurados ao valor justo e os juros e as atualizações monetárias são registrados no resultado, enquanto que as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são registradas no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, sendo transferidas para o resultado do exercício quando da liquidação do título.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

2.4 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.5 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.6 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

2.8 Intangível

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A Marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca “Estácio”.

(b.3) Licença de operação

O valor justo da Licença de Operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do início da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *ágio*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do *ágio* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o *ágio* é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o *ágio*, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de *ágio* reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.10 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento

financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.13 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,6%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutário ("ILP"), conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.17 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.19 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido

do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.20 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

2.21 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

(i) Perda (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

	Em percentuais	
	2017	2016
Margem bruta média (i)	49,1	43,4
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	14,3	15,1

(i) Margem bruta orçada média.

(ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

(iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada pagamento. As características e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos do programa são divulgados na Nota 20(c).

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída com base no saldo de parcelas em atraso após 180 dias, ou seja, um semestre letivo, já que a condição para reingresso no próximo semestre letivo é a liquidação ou negociação das parcelas em atraso, quando o aluno deixa de ser inadimplente. Concomitantemente, a Companhia analisa a suficiência da provisão com base nas perdas históricas do contas a receber nos últimos 5 anos.

Com relação ao Programa de Parcelamento de Mensalidades (PAR), a Companhia estima um maior percentual de perdas equivalente a 50% do valor financiado, líquido de AVP (ajuste a valor presente). O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

Para os recebíveis oriundos do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil do Governo Federal) é estimado uma perda de 15% do saldo não garantido pelo Programa, conforme detalhado na Nota 4.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia concluiu pela suficiência da provisão considerando os dois critérios mencionados.

2.22 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.23 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, depósitos judiciais, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do período.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; e
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receita (despesa) financeira" no período em que ocorrem.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação e ativos ou passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos e passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38 (IAS 39).

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

(c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(d) Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos), de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.25 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um

público diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	241	95	13.996	58.340
Caixa e equivalentes de caixa	241	95	13.996	58.340
Certificados de depósitos bancários - CDB	8.213	29.063	30.000	45.160
Título público - LFT		34.925		34.925
Fundos de investimento - Bradesco	14.951	30.085	294.878	195.063
Fundos de investimento - Itaú Estapart	22.577	33.063	183.645	64.747
Fundos de investimento - Itaú Judicial	35	63	1.443	1.075
Fundos de investimento - Banco do Brasil			287	142
Operações compromissadas	44	41	57	4.291
Título de capitalização			140	266
Títulos e valores mobiliários	45.820	127.240	510.450	345.669

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2017, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "Títulos para negociação".

Os valores justos de títulos negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2017 - 6,89%; 2016 - 13,63%). Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

Para fins de comparabilidade, reapresentamos os saldos e as respectivas remunerações de 31 de dezembro de 2016 por Fundos de Investimento.

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. O fundo de investimento Bradesco é remunerado pelo CDI com taxa média de 96,60% em 2017 (98,53% em 2016); o fundo de investimento Estapart (Itaú) é remunerado pelo CDI com taxa média de 100,55% em 2017 (99,10% em 2016); o fundo de investimento ItaúJud (Itaú) é remunerado pelo CDI com taxa média de 56,88% em 2017 (67,94% em 2016); o fundo de investimento Banco do Brasil é remunerado pelo CDI com taxa média de 89,18% em 2017 (91,64% em 2016).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 99,51% em 2017 (99,6% em 2016).

As Operações Compromissadas, lastreadas por debêntures de emissores de primeira linha, estão registradas ao seu valor justo, remuneradas pelo CDI com taxa média de 80,39% em 2017 (83,9% em 2016).

4 Contas a receber

	Consolidado	
	2017	2016
Mensalidades de alunos	473.081	406.678
FIES (a)	600.725	828.688
Convênios e permutas	21.129	15.006
Cartões a receber (b)	58.337	55.666
Acordos a receber	91.570	80.173
	<u>1.244.842</u>	<u>1.386.211</u>
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(205.062)	(205.637)
Valores a identificar	(4.298)	(2.500)
(-) Ajuste a valor presente (c)	<u>(11.384)</u>	<u>(13.194)</u>
	<u>1.024.098</u>	<u>1.164.880</u>
Ativo circulante	991.404	847.282
Ativo não circulante	<u>32.694</u>	<u>317.598</u>
	<u>1.024.098</u>	<u>1.164.880</u>

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2017 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e Educar Amazônia e em 2016 ao FIES. A composição por idade é a seguinte:

	Consolidado	
	2017	2016
2018		317.598
2019	4.589	
2020	3.376	
2021	16.829	
2022	52.583	
2023 a 2024	391	
(-) Ajuste a valor presente PAR e Educar (c)	<u>(11.384)</u>	
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa PAR e Educar	<u>(33.690)</u>	
Ativo não circulante	<u>32.694</u>	<u>317.598</u>

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

(a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional. O saldo deste contas a receber apresentou uma queda de 28% em 31 de dezembro de 2017 quando comparado a 31 de dezembro de 2016 em decorrência do recebimento da 2ª parcela referente a 25% do saldo de 2015 negociado com o governo em 03 de fevereiro de 2016, restando em aberto a última parcela com vencimento em junho de 2018.

(i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.

(ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.

(iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,450%.

(b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de negociações de mensalidades em atraso.

(c) O ajuste a valor presente em 2017 soma R\$ 11.384 (R\$ 11.195 referente ao PAR e R\$ 189 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
FIES	600.725	48	828.688	59
PRONATEC	8.680	1	8.420	1
Polos parceiros	3.665	1	1.820	1
A vencer	175.834	14	87.483	6
Vencidas até 30 dias	91.720	7	65.259	5
Vencidas de 31 a 60 dias	63.660	5	55.309	4
Vencidas de 61 a 90 dias	57.762	5	54.489	4
Vencidas de 91 a 179 dias	77.672	6	104.294	7
Vencidas há mais de 180 dias	165.124	13	180.449	13
	<u>1.244.842</u>	<u>100</u>	<u>1.386.211</u>	<u>100</u>

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
A vencer	38.781	42	20.702	26
Vencidas até 30 dias	8.891	10	6.434	8
Vencidas de 31 a 60 dias	7.603	8	4.935	6
Vencidas de 61 a 90 dias	7.060	8	5.190	7
Vencidas de 91 a 179 dias	14.698	16	18.798	23
Vencidas há mais de 180 dias	14.537	16	24.114	30
	<u>91.570</u>	<u>100</u>	<u>80.173</u>	<u>100</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) considera a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 dias, exceto para os créditos educativos oriundos de programas do governo federal e para recebíveis da carteira de alunos da Estácio Ribeirão Preto pertencentes aos Polos parceiros, acrescido de acordos renegociados e valores parcelados pelo Programa de Parcelamento Estácio (PAR), com baixa expectativa de realização.

Para confirmar a procedência do critério utilizado, a Companhia comparou as perdas históricas dos recebíveis em relação às receitas auferidas (incluindo alunos que não aderiram o FIES), dos últimos 5 anos, com a provisão constituída em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que a mesma é suficiente para fazer face às perdas futuras. Ressalta-se que os recebíveis em atraso há mais de 360 dias são integralmente baixados.

A conciliação da composição por idade do contas a receber com a provisão para crédito de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
Contas a receber vencido há mais de 180 dias	165.124	180.449
Provisão de cheques devolvidos até 179 dias	1.252	
Provisão complementar de acordos	4.630	25.188
Provisão PAR e Educar Amazônia (i)	33.690	
Provisão outros	<u>366</u>	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>205.062</u>	<u>205.637</u>

- (i) Programa de parcelamento de mensalidades, para as quais a Companhia estima um maior percentual de perdas equivalente a 50% do valor financiado, líquido de AVP (ajuste a valor presente).

A composição por idade do montante referente a provisão complementar de acordos com baixa expectativa de realização está demonstrada abaixo:

	Consolidado			
	2017	%	2016	%
A vencer	2.052	44	10.316	41
Vencidas até 30 dias	357	8	1.092	4
Vencidas de 31 a 60 dias	375	8	1.438	6
Vencidas de 61 a 90 dias	389	8	1.906	8
Vencidas de 91 a 179 dias	1.457	32	10.436	41
	<u>4.630</u>	<u>100</u>	<u>25.188</u>	<u>100</u>

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	172.023
Aumento bruto da provisão para inadimplência	335.341
Recuperação da inadimplência	(129.726)
Efeito líquido da provisão	205.615
Baixa de boletos vencidos há mais de 360 dias.	(172.001)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>205.637</u>
Aumento bruto da provisão para inadimplência	337.201
Recuperação da inadimplência	(110.558)
Efeito líquido da provisão	226.643
Baixa de boletos vencidos há mais de 360 dias.	(227.218)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>205.062</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 24), estava representada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2017	2016
Efeito líquido da PCLD no resultado	226.643	205.615
Venda da carteira de clientes (i)	5.071	(62.673)
AVP - Venda da carteira		15.571
Baixa por perda - Venda da carteira	3.360	(247)
Outros		351
	<u>235.074</u>	<u>158.617</u>

(i) O valor de venda da carteira de clientes deve-se, principalmente, ao contrato firmado no final de 2016, de cessão de direitos de créditos da Companhia relativos a anos anteriores, integralmente baixados como perda em anos anteriores. Como resultado, a Companhia registrou uma recuperação de recebíveis de R\$ 62.582, a serem recebidos em 36 meses a partir de janeiro de 2018 e, sobre esse montante, registrou o ajuste a valor presente de R\$15.571. Em 31 de dezembro de 2017, essa transação mantém saldo a receber de R\$61.882, ajuste a valor presente de R\$9.868 e uma provisão para perda de R\$ 5.071. O montante líquido de R\$ 46.943 está registrado em outros ativos realizáveis a longo prazo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 47.011 em 31 de dezembro de 2016).

5 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, nos termos do item 23 do Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) e estão descritas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Conta corrente				
Seses	8.799	2.232		
FATERN	220	3		
Irep	5.020	163		
Atual	967	4		
Seama	229	4		
São Luís	263	3		
Estácio Ribeirão Preto (Uniseb, anteriormente)	103			
Nova Academia, FAL, Editora, FARGS e Facítec	11	14		
Sociedades controladas	15.612	2.423		
	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Passivo circulante				
Conta corrente				
Seses		4.225		
Irep		65		
Atual	2	3		
Nova Academia, FAL, FATERN e Seama		10		
Sociedades controladas	2	4.303		
Outras partes relacionadas (i)				633

(i) Em 31 de dezembro de 2016, o montante a pagar de R\$ 633 refere-se a prestadores de serviços relacionados a membros do conselho de administração. Não há valores a pagar em 31 de dezembro de 2017.

Em 12 de fevereiro de 2016 foi celebrado e pago contrato de mutuo no valor de R\$1.000 a favor do ex-dirigente da Companhia, cujo a liquidação ocorreu em 05 de fevereiro de 2017 no valor total de R\$1.234, incluindo encargos financeiros previstos em contrato.

Em 2017 não ocorreram despesas com empresas ligadas. Em 2016, a despesa com empresas ligadas reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	2016
Aluguéis, condomínios e IPTU (a) (b)	5.605
Outros serviços prestados (a)	34
Serviços gráficos educacionais e administrativos (b)	33
Serviços de áudio e imagem (b)	310
Comunicação de dados (a)	256
Outros (a) (b)	75
	6.313

(a) SEB Sistema Educacional Brasileiro Ltda.

A SEB Sistema Educacional Brasileiro possui como Sócio Administrador, o Sr. Chaim Zaher, e Sócia, a Sra. Thamila Cefali Zaher, os quais foram membros do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. até outubro de 2016, tendo ainda o Sr. Chaim Zaher ocupado a função de Diretor Presidente da Companhia entre 16 de junho e 05 de julho de 2016.

O objetivo do contrato é de gestão integral do polo de EAD da Estácio Ribeirão Preto nas cidades de Ribeirão Preto, Araçatuba, Brasília, São Jose do Rio Preto e São Paulo.

Montante envolvido é a média do repasse mensal dos contratos desde o início da vigência; repasse entre 10% e 30% dos cursos da modalidade semipresencial; graduação na modalidade totalmente à distância; pós-graduação na modalidade totalmente à distância; graduação flex; e cursos livres e de extensão.

Contrato de Compartilhamento de serviços da área administrativa.

O montante acima descrito consiste no valor a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato.

Locação salas de aulas nas cidades de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Araçatuba para fins educacionais. O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato.

Contrato de sublocação parcial de imóvel, para fins educacionais.

O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago mensalmente no âmbito do Contrato, o qual é equivalente a 50% do valor da locação principal.

(b) T4 LOG Consultoria e Digitalizações Ltda.

A T4 Log Consultoria e Digitalizações possui como Sócia Administradora, a Sra. Thamila Cefali Zaher, a qual foi membro do Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. até outubro de 2016.

O objetivo do contrato é de prestação de serviço de arquivamento de documentos, prospecção de tecnologias de administração de documentos digitalizados e guarda de documentos físicos. Adicionalmente, prestação de serviço de arquivamento de documentos, prospecção de tecnologias de administração de documentos digitalizados e guarda de documentos físicos.

O montante acima descrito consiste no valor mensal a ser pago no âmbito do Contrato.

6 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Seguros	25	215	1.326	1.709
Material didático (i)			2.273	15.784
Antecipação de férias e encargos			2.404	18.207
Taxa de credenciamento - MEC			2.507	2.926
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa			2.466	2.451
Outras despesas antecipadas			673	1.002
	25	215	11.649	42.079
Ativo circulante	25	215	6.544	36.390
Ativo não circulante			5.105	5.689
	25	215	11.649	42.079

(i) Refere-se aos custos incorridos com direito autoral, gráfica e postagem para produção de material didático a ser utilizado, no período subsequente. São contabilizados como despesa antecipadas e apropriados ao longo do período de utilização, após sua efetiva entrega.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
IRRF	2.709	6.710	14.463	18.379
IRPJ/CSLL (i)	38.040	29.714	105.439	77.249
PIS	6	6	612	558
COFINS	25	25	2.196	1.952
ISS	3	77	42.659	39.718
INSS			6.333	8.265
OUTROS	106	106	666	666
	<u>40.889</u>	<u>36.638</u>	<u>172.368</u>	<u>146.787</u>
Ativo circulante	3.908	36.452	92.046	110.472
Ativo não circulante	<u>36.981</u>	<u>186</u>	<u>80.322</u>	<u>36.315</u>
	<u>40.889</u>	<u>36.638</u>	<u>172.368</u>	<u>146.787</u>

(i) Do montante apresentado, R\$33.506 referem-se a adiantamentos de IRPJ/CSLL ocorrido durante 2017. Os demais valores representam os saldos negativos da Companhia que são utilizados para compensação de impostos da União e ajustados mensalmente pela taxa Selic.

8 Investimentos em controladas

(a) Controladora Estácio Participações S.A.

	2017		2016	
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")	1.017.888		1.138.505	
Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.043.362		1.105.514	
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")	3.505		17.497	
Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("EDITORA")		(30)		(30)
União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("UNISEB")	<u>53.377</u>		<u>43.504</u>	
	<u>2.118.132</u>	<u>(30)</u>	<u>2.305.020</u>	<u>(30)</u>

As informações das controladas estão representadas a seguir:

2017								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.567.355	549.467	1.017.888		1.017.888	285.225
IREP	100%	499.979	1.344.206	363.286	980.920	62.442	1.043.362	228.625
NACP	100%	13.105	4.015	510	3.505		3.505	(1.324)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	(30)	-
Uniseb Operacional	100%	23.837	118.661	63.054	55.607	(2.230)	53.377	37.804
		<u>3.034.268</u>	<u>976.383</u>	<u>2.057.885</u>	<u>62.447</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.118.102</u>	<u>550.330</u>
2016								
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.547.810	409.305	1.138.505		1.138.505	203.868
IREP	100%	445.444	1.570.908	527.836	1.043.072	62.442	1.105.514	271.509
NACP	100%	13.105	5.374	1.895	3.479	14.018	17.497	(3.016)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5	(30)	
Uniseb Operacional	100%	22.337	77.854	32.120	45.734	(2.230)	43.504	29.907
		<u>3.201.977</u>	<u>971.222</u>	<u>2.230.755</u>	<u>76.465</u>	<u>(2.230)</u>	<u>2.304.990</u>	<u>502.268</u>

(i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante.

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015 (Reapresentado)	2.262.159
Equivalência patrimonial	502.268
Adiantamento para futuro aumento de capital	111.080
Complemento dividendos 2015	(573.482)
Opções outorgadas	1.505
Incentivos de longo prazo	1.490
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	<u>2.305.020</u>
Equivalência patrimonial	550.330
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.205
Opções outorgadas	7.458
Dividendos adicionais 2016	(350.000)
Dividendos 2017	(390.957)
Impairment (Goodwill)	(14.018)
Incentivos de longo prazo	94
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	<u>2.118.132</u>

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2017.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")	505.108	450.779
ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")	12.213	15.598
Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	30.726	30.461
	<u>548.047</u>	<u>496.838</u>

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

<u>2017</u>							
	<u>Participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ágio</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>
ATUAL	100%	34.186	634.005	144.400	489.605	15.503	73.978
FAL	100%	17.218	7.898	3.761	4.137	8.076	(3.534)
FATERN	100%	9.160	22.394	6.647	15.747	14.979	1.878
			<u>664.297</u>	<u>154.808</u>	<u>509.489</u>	<u>38.558</u>	<u>72.322</u>
<u>2016</u>							
	<u>Participação</u>	<u>Quantidade de quotas</u>	<u>Total de ativos</u>	<u>Total de passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Ágio</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>
ATUAL	100%	33.684	703.507	268.231	435.276	15.503	80.629
FAL	100%	14.018	10.681	3.159	7.522	8.076	(2.189)
FATERN	100%	9.160	24.834	9.352	15.482	14.979	3.701
			<u>739.022</u>	<u>280.742</u>	<u>458.280</u>	<u>38.558</u>	<u>82.141</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	455.215
--	---------

Equivalência patrimonial	82.141
Adiantamento para futuro aumento de capital	54.482
Complemento dividendos 2015	(95.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	<u>496.838</u>
Equivalência patrimonial	72.322
Adiantamento para futuro aumento de capital	33.965
Dividendos 2017	(55.078)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	<u>548.047</u>

(c) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")

	2017	2016
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUL")	2.584	3.244
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	3.054	4.202
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	50.948	46.958
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	19.328	18.880
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	79.419	63.654
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	42.687	38.426
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	6.680	7.102
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	85.780	83.153
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicef Ltda. ("Estácio Amazonas")	53.690	57.697
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	41.874	39.816
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	94.899	97.631
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	28.365	28.477
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	14.044	10.984
	<u>523.352</u>	<u>500.224</u>

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

									2017
Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	
UNIUL	100%	4.626	2.377	749	1.628	956	2.584	(724)	
IDEZ	100%	5.894	2.675	1.668	1.007	2.047	3.054	(1.417)	
SEAMA	100%	3.232	45.593	12.680	32.913	18.035	50.948	9.183	
FARGS	100%	7.181	15.430	4.157	11.273	8.055	19.328	719	
SÃO LUIS	100%	220	91.761	39.710	52.051	27.368	79.419	41.274	
FACITEC	100%	6.051	28.723	12.950	15.773	26.654	260	42.687	9.630
ASSESC	100%	3	4.560	2.603	1.957	4.723		6.680	(1.209)
IESAM	100%	2.400	68.322	22.957	45.365	26.797	13.617	85.780	9.868
Estácio Amazonas	100%	46.957	45.858	18.891	26.967	26.214	509	53.690	(3.383)
CEUT	100%	2.408	27.772	15.176	12.596	27.568	1.710	41.874	7.311
FNC	100%	20.928	31.136	16.196	14.940	72.046	7.913	94.899	7.612
FCAT	100%	100	15.166	10.993	4.173	20.121	4.072	28.365	1.382
FUFS	100%	2.905	8.821	2.475	6.346	6.255	1.443	14.044	(1.680)
		<u>388.194</u>	<u>161.205</u>	<u>226.989</u>	<u>266.839</u>	<u>29.524</u>	<u>523.352</u>	<u>78.566</u>	

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNIUOL	100%	3.066	3.220	968	2.252	956	36	3.244	(2.226)
IDEZ	100%	4.444	3.104	1.000	2.104	2.047	51	4.202	(794)
SEAMA	100%	3.232	36.999	8.118	28.881	18.035	42	46.958	10.375
FARGS	100%	4.881	14.167	3.398	10.769	8.055	56	18.880	1.579
SÃO LUIS	100%	220	105.185	69.338	35.847	27.369	438	63.654	51.899
FACITEC	100%	6.051	16.435	6.168	10.267	26.654	1.505	38.426	8.820
ASSESC	100%	3	3.773	1.557	2.216	4.723	163	7.102	25
IESAM	100%	2.400	64.860	23.031	41.829	26.797	14.527	83.153	13.555
Estácio Amazonas	100%	35.227	47.625	17.276	30.349	26.214	1.134	57.697	(1.601)
CEUT	100%	2.408	17.143	7.609	9.534	27.568	2.714	39.816	3.570
FNC	100%	20.928	18.554	5.884	12.670	72.046	12.915	97.631	7.860
FCAT	100%	100	8.279	6.336	1.943	20.120	6.414	28.477	(2.224)
FUFS	100%	150	3.864	1.568	2.296	6.255	2.433	10.984	(1.916)
			<u>343.208</u>	<u>152.251</u>	<u>190.957</u>	<u>266.839</u>	<u>42.428</u>	<u>500.224</u>	<u>88.922</u>

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2015	473.388
Equivalência patrimonial	88.922
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.732
Aquisição de controlada	4.872
Aquisição de fundo de comércio	3.774
Amortização de fundo de comércio	(20.464)
Complemento dividendos 2015	(82.000)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2016	<u>500.224</u>
Equivalência patrimonial	78.566
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.930
Amortização de fundo de comércio	(12.904)
Dividendos 2017	(53.464)
Investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2017	<u>523.352</u>

9 Intangível

(a) Intangível - Controladora

	2016			2017		
	Custo	Adições	Transf.	Custo		
Custo						
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065			780.065		
Direito de uso de software	99			99		
Projeto Integração	212			212		
Fundo de comércio	79.704			79.704		
	<u>860.080</u>			<u>860.080</u>		
	<u>Taxas de amortização</u>	<u>Amortização</u>	<u>Adições</u>	<u>Transf.</u>	<u>Amortização</u>	
Amortização						
Direito de uso de software	20% a.a.	(59)	(18)		(77)	
Projeto Integração	20% a.a.	(11)	(43)		(54)	
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(50.263)	(16.406)		(66.669)	
		<u>(50.333)</u>	<u>(16.467)</u>		<u>(66.800)</u>	
Saldo residual líquido		<u>809.747</u>	<u>(16.467)</u>		<u>793.280</u>	

	2015		2016		
	Custo	Adições	Transf.	Custo	
Custo					
Ágio em aquisições de investimentos (i)	780.065			780.065	
Direito de uso de software	124		(25)	99	
Projeto Integração	32	155	25	212	
Fundo de comércio	79.704			79.704	
	859.925	155		860.080	
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Transf.	Amortização
Amortização					
Direito de uso de software	20% a.a.	(40)	(19)		(59)
Projeto Integração	20% a.a.		(11)		(11)
Fundo de comércio	20 a 50% a.a.	(30.431)	(19.832)		(50.263)
		(30.471)	(19.862)		(50.333)
Saldo residual líquido	829.454	(19.707)			809.747

(i) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Uniseb Holding.

(b) Intangível - Consolidado

		2016				2017	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas.	Custo
Custo							
Ágio em aquisições de investimentos		1.195.499		(14.018)			1.181.481
Direito de uso de software		236.101	40.825	(4.498)		(34)	272.394
EAD e Integração		18.298					18.298
CSC		2.228					2.228
Central de Ensino		72.123	4.557		(3)		76.677
Central de Relacionamentos		2.348					2.348
Hemisférios		1.346					1.346
Arquitetura de TI		19.174	2.490				21.664
Conteúdo de disciplinas on line		7.603	218				7.821
Fábrica de conhecimento EAD		28.741	5.127				33.868
Fundo de Comércio		174.018		(515)			173.503
Outros		27.559	4.737	(124)	3		32.175
		1.785.038	57.954	(19.155)		(34)	1.823.803
	Taxa de Amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Reclas.	Amortização
Amortização							
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)					(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(148.808)	(48.438)	4.498		2	(192.746)
EAD e Integração	20% a.a.	(15.600)	(808)				(16.408)
CSC	20% a.a.	(1.940)	(65)				(2.005)
Central de Ensino	5% a.a.	(16.590)	(3.322)				(19.912)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(5.183)	(3.347)				(8.530)
Central de Relacionamentos	20% a.a.	(2.348)					(2.348)
Hemisférios	20% a.a.	(1.346)					(1.346)
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.	(4.900)	(1.536)				(6.436)
Fábrica de conhecimento EAD	5% a.a.	(3.043)	(1.494)				(4.537)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(102.150)	(29.310)	515			(130.945)
Outros	20% a.a.	(6.714)	(4.842)	98			(11.458)
		(315.546)	(93.162)	5.111		2	(403.595)
Saldo residual líquido		1.469.492	(35.208)	(14.044)		(32)	1.420.208

	2015						2016
Custo	Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo
Ágio em aquisições de investimentos	1.190.676		4.823				1.195.499
Direito de uso de software	189.336	11	47.052	(52)		(246)	236.101
EAD e Integração	17.859		439				18.298
CSC	1.940		288				2.228
Central de Ensino	66.507		5.616				72.123
Central de Relacionamento	2.348						2.348
Hemisférios	1.346						1.346

Arquitetura de TI	21.093	3.438	(5.357)			19.174
Conteúdo de disciplinas on line	7.208	395				7.603
Fábrica de conhecimento EAD	22.373	6.368				28.741
Fundo de Comércio	170.244	3.259		515		174.018
Outros	19.002	8.557				27.559
	<u>1.709.932</u>	<u>11</u>	<u>80.235</u>	<u>(5.409)</u>	<u>515</u>	<u>(246)</u>
						<u>1.785.038</u>

	Taxas de amortização	Amortização	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Amortização
Amortização								
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)						(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(108.352)		(40.522)	52		14	(148.808)
EAD e Integração	20% a.a.	(14.234)		(1.366)				(15.600)
CSC	20% a.a.	(1.940)						(1.940)
Central de Ensino	5% a.a.	(13.563)		(3.027)				(16.590)
Central de Relacionamento	20% a.a.	(2.347)		(1)				(2.348)
Hemisférios	20% a.a.	(1.341)		(5)				(1.346)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(2.896)		(3.639)	1.352			(5.183)
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.	(3.450)		(1.450)				(4.900)
Fábrica de conhecimento EAD	5% a.a.	(1.855)		(1.188)				(3.043)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(61.425)		(40.210)		(515)		(102.150)
Outros	20% a.a.	(2.927)		(3.787)				(6.714)
		<u>(221.254)</u>		<u>(95.195)</u>	<u>1.404</u>	<u>(515)</u>	<u>14</u>	<u>(315.546)</u>
Saldo residual líquido		<u>1.488.678</u>	<u>11</u>	<u>(14.960)</u>	<u>(4.005)</u>		<u>(232)</u>	<u>1.469.492</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
Iesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS (Nota 1.5)			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Nova Academia				14.018
Estácio Editora			5	5
Uniseb	9.371	9.371	9.371	9.371
Uniseb Holding	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>	<u>770.694</u>
	<u>780.065</u>	<u>780.065</u>	<u>1.174.557</u>	<u>1.188.575</u>

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0 % ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade (equivalente à taxa de inflação de longo prazo, não considerando qualquer crescimento real) e uma única taxa de desconto nominal de 14,3% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são

consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 o ágio registrado na aquisição da Nova Academia no montante de R\$ 14.018 foi baixado como consequência do teste de *impairment* realizado.

10 Imobilizado

Imobilizado - Consolidado

		2016					2017	
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo	
Custo								
Terrenos		19.295					19.295	
Edificações		192.768	2.624	(6)	13.351		208.737	
Benfeitorias em imóveis de terceiros		261.753	16.120	(47.990)	18.875		248.758	
Móveis e utensílios		98.311	8.203	(10.224)	(6)	33	96.317	
Computadores e periféricos		149.266	12.214	(7.516)	444		154.408	
Máquinas e equipamentos		129.049	9.139	(21.051)			117.137	
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		44.483	5.749	(1.949)			48.283	
Biblioteca		141.601	19.140	(1.661)		1	159.081	
Instalações		52.796	3.653	(4.834)			51.615	
Tablets		46.755		(8.337)	(444)		37.974	
Construções em andamento		18.935	20.238	(190)	(32.324)		6.659	
Desmobilização		22.312	1.062	(1.178)			22.196	
Outros		11.075	935	(1.279)			10.731	
Total		1.188.399	99.077	(106.215)	(104)	34	1.181.191	

		2016					2017	
		Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Depreciação	
Depreciação								
Edificações	1,67% a.a.	(52.171)	(3.556)	3	(3.822)		(59.546)	
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(143.234)	(32.927)	38.036	3.926		(134.199)	
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(56.042)	(8.239)	9.895		(2)	(54.388)	
Computadores e periféricos	25% a.a.	(107.394)	(18.337)	7.652	(269)		(118.348)	
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(61.123)	(16.820)	19.144			(58.799)	
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.793)	(2.920)	1.973			(19.740)	
Biblioteca	5% a.a.	(63.935)	(6.767)	1.641			(69.061)	
Instalações	8,33% a.a.	(15.849)	(4.591)	2.207			(18.233)	
Tablets	20% a.a.	(27.891)	(8.174)	8.327	269		(27.469)	
Desmobilização		(15.277)	2.146	927			(12.204)	
Outros	14,44% a.a.	(6.630)	(925)	767			(6.788)	
Total		(568.339)	(101.110)	90.572	104	(2)	(578.775)	

Saldo residual líquido		620.060	(2.033)	(15.643)		32	602.416	
-------------------------------	--	----------------	----------------	-----------------	--	-----------	----------------	--

		2015					2016	
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Custo
Custo								
Terrenos		19.373			(78)			19.295
Edificações		135.010	148	51.867	(202)	5.945		192.768
Benfeitorias em imóveis de terceiros		217.109		6.394		38.250		261.753
Móveis e utensílios		97.042	158	7.848	(6.732)		(5)	98.311
Computadores e periféricos		156.778	54	10.854	(18.792)		372	149.266
Máquinas e equipamentos		101.303	153	58.067	(30.120)		(354)	129.049
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares		48.201	141	2.512	(6.371)			44.483
Biblioteca		138.397	142	6.287	(3.305)		80	141.601
Instalações		42.025	58	10.542			171	52.796
Tablets		47.019		16	(262)		(18)	46.755
Construções em andamento		31.575		31.555		(44.195)		18.935
Desmobilização		11.627		11.089	(404)			22.312
Outros		12.116		338	(1.545)		166	11.075
		<u>1.057.575</u>	<u>854</u>	<u>197.369</u>	<u>(67.811)</u>		<u>412</u>	<u>1.188.399</u>
	Taxas de depreciação	Depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Reclassif.	Depreciação
Depreciação								
Edificações	1,67% a.a.	(49.794)	(7)	(2.521)	151			(52.171)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(118.886)		(24.348)				(143.234)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(51.546)	(18)	(9.087)	4.600		9	(56.042)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(109.376)	(13)	(17.732)	19.728		(1)	(107.394)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(66.129)	(18)	(15.869)	20.893			(61.123)
Equipamentos de atividades físicas / hospitalares	6,67% a.a.	(18.516)	(16)	(2.526)	2.265			(18.793)
Biblioteca	5% a.a.	(59.351)	(17)	(5.793)	1.240		(14)	(63.935)
Instalações	8,33% a.a.	(12.331)	(7)	(3.505)	3		(9)	(15.849)
Tablets	20% a.a.	(18.731)		(9.294)	133		1	(27.891)
Desmobilização		(10.550)		(5.131)	404			(15.277)
Outros	14,44% a.a.	(6.445)		(885)	866		(166)	(6.630)
		<u>(521.655)</u>	<u>(96)</u>	<u>(96.691)</u>	<u>50.283</u>		<u>(180)</u>	<u>(568.339)</u>
Saldo residual líquido		<u>535.920</u>	<u>758</u>	<u>100.678</u>	<u>(17.528)</u>		<u>232</u>	<u>620.060</u>

Determinados bens adquiridos através de financiamento foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos de informática incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2016			2017	
		Custo	Adições	Baixas	Custo	
Custo						
Arrendamentos financeiros capitalizados		121.008	3.238	(41.704)	82.542	
		<u>121.008</u>	<u>3.238</u>	<u>(41.704)</u>	<u>82.542</u>	
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Depreciação	
Depreciação						
Arrendamentos financeiros capitalizados	25% a.a.	(57.523)	(25.447)	39.503	(43.467)	
		<u>(57.523)</u>	<u>(25.447)</u>	<u>39.503</u>	<u>(43.467)</u>	
Saldo contábil líquido		<u>63.485</u>	<u>(22.209)</u>	<u>(2.201)</u>	<u>39.075</u>	

O Grupo arrenda diversas máquinas e equipamentos, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de três a quatro anos e a propriedade dos ativos é do Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2017 de 2016 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

11 Empréstimos e financiamentos

		Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos financeiros	2017	2016	2017	2016
Em moeda nacional					
Contratos de arrendamento mercantil Colortel	INPC + 0,32% a.a			22.167	34.488
Contratos de arrendamento mercantil Assist	INPC a.a			2.036	3.474
Contratos de arrendamento mercantil Total Service	IGPI-DI/FGV a.a			18	38
Contratos de arrendamento mercantil Springer	IGPM + 1% a.a			42	42
Contratos de arrendamento mercantil Bayde	IGPI-DI/FGV a.a			720	313
Contratos de arrendamento mercantil Bradesco	1,14% a.m				15
Leasing IBM	CDI Over a.d + 2% a.m			13.696	29.885
Empréstimo IFC	CDI +1,53% a.a	30.764	40.576	30.764	40.576
Custos de captação IFC		(1.220)	(7.414)	(1.220)	(7.414)
Segunda emissão de debêntures	CDI+ 1,18% a.a	244.053	308.853	244.053	308.853
Terceira emissão de debêntures	112% do CDI a.a		194.259		194.259
Quarta emissão de debêntures	CDI +1,50% a.a	100.421	100.853	100.421	100.853
Custos de captação de debêntures		(1.278)	(2.023)	(1.278)	(2.023)
Empréstimo FNE BNB	3% a.a				448
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a			9.227	10.948
Empréstimo FINEP	6% a.a	4.248	3.093	4.248	3.093
Notas promissórias Itaú (1º Tranche)	CDI+1,50% a.a		178.935		178.935
Notas promissórias Itaú (2º Tranche)	CDI+1,65% a.a	142.854	127.840	142.854	127.840
Custos de captação de notas promissórias		(427)	(2.090)	(427)	(2.090)
		<u>519.415</u>	<u>942.882</u>	<u>567.321</u>	<u>1.022.533</u>
Passivo circulante		326.072	444.592	349.274	468.114
Passivo não circulante		<u>193.343</u>	<u>498.290</u>	<u>218.047</u>	<u>554.419</u>
		<u>519.415</u>	<u>942.882</u>	<u>567.321</u>	<u>1.022.533</u>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018		305.990		307.882
2019	178.993	178.748	195.997	223.620
2020	9.431	9.275	11.468	11.314
2021	3.109	2.951	7.538	9.132
2022	587	430	1.347	1.103
2023	587	430	903	745
2024	587	430	745	587
2025	49	36	49	36
Passivo não circulante	<u>193.343</u>	<u>498.290</u>	<u>218.047</u>	<u>554.419</u>

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Os recursos captados por meio das emissões de debêntures estão sendo utilizados para reforço de caixa da Companhia e para fazer frente à política de expansão e investimentos.

Os valores dos empréstimos do Grupo são predominantemente em reais.

Em março de 2016 a Companhia assinou um contrato de empréstimo junto ao *International Finance Corporation* (IFC), no valor correspondente em moeda nacional de U\$\$ 100 milhões, que poderia ser utilizado em até 12 meses. Não houve saque referente a este empréstimo e a linha de crédito foi cancelada.

Em novembro de 2016, a Companhia liquidou a primeira emissão de debêntures no valor total de R\$ 200 milhões. Tais debêntures foram lançadas em novembro de 2011 e tinham como principais credores o Banco do Brasil S/A e o Itaú Unibanco S.A.

Em novembro de 2016, a Companhia concluiu sua primeira emissão de notas promissórias no valor total de R\$ 300 milhões divididos em 2 tranches com vencimento de 1 e 2 anos, sendo a primeira tranche no valor de R\$ 175 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50%a.a. e a segunda tranche no valor de R\$ 125 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,65% a.a.

Em dezembro de 2016, a Companhia concluiu sua quarta emissão de debêntures no valor de R\$ 100 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50% a.a. Tal emissão foi realizada sob a instrução CVM 476 e adquirida em sua totalidade pelo Itaú Unibanco S.A.

Em abril de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente o contrato de empréstimo junto ao Banco do Nordeste (BNB) no valor financiado de R\$ 4,1 milhões financiado deste o início do contrato em 2013. O valor da liquidação executada em abril de 2017 foi de R\$ 225.

Em setembro de 2017, a Companhia finalizou o pagamento da 3ª emissão de debêntures (ESTC13) emitida em setembro de 2015 no valor de R\$ 187 milhões.

Em novembro de 2017, a Companhia liquidou a primeira de duas tranches da emissão de Notas Promissórias realizada em novembro de 2016. Sendo essa tranche no valor de R\$ 175 milhões ao custo de 100% do CDI + 1,50%a.a. O valor da liquidação executada em novembro de 2017 foi de R\$ 187 milhões.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar	352	268	120.652	107.874
Provisão de férias			37.988	47.359
	<u>352</u>	<u>268</u>	<u>158.640</u>	<u>155.233</u>

13 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ISS a recolher	5	5	15.300	12.208
IRRF a recolher	95	63	13.589	17.121
PIS e COFINS a recolher	72	146	3.703	2.680
IOF a recolher			64	384
	<u>172</u>	<u>214</u>	<u>32.656</u>	<u>32.393</u>
IRPJ a recolher			31.111	22.482
CSLL a recolher		1	13.027	8.907
		<u>1</u>	<u>44.138</u>	<u>31.389</u>
	<u>172</u>	<u>215</u>	<u>76.794</u>	<u>63.782</u>

14 Parcelamentos de tributos

	Consolidado	
	2017	2016
IRPJ	1.067	1.295
CSLL	120	254
FGTS	1.457	1.428
ISS	3.332	3.580
PIS	113	193
COFINS	893	1.202
INSS	7.430	7.466
OUTROS	184	490
	<u>14.596</u>	<u>15.908</u>
Passivo circulante	4.295	3.128
Passivo não circulante	<u>10.301</u>	<u>12.780</u>
	<u>14.596</u>	<u>15.908</u>

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2017	2016
2017		629
2018	171	2.215
2019	1.934	1.905
2020 a 2029	<u>8.196</u>	<u>8.031</u>
	<u>10.301</u>	<u>12.780</u>

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2017	2016
FACITEC	2.922	5.601
SÃO LUIS	8.588	18.416
IESAM	13.021	15.064
Estácio Amazonas	2.728	5.490
CEUT	4.660	6.127
FNC	26.102	32.923
FCAT	2.897	4.222
FUFS	<u>3.180</u>	<u>3.098</u>
	<u>64.098</u>	<u>90.941</u>
Aquisição de imóveis (i)	<u>23.000</u>	<u>35.000</u>
	<u>87.098</u>	<u>125.941</u>
Passivo circulante	57.109	53.565
Passivo não circulante	<u>29.989</u>	<u>72.376</u>
	<u>87.098</u>	<u>125.941</u>

(i) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura - UNBEC, referente a diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

A tabela a seguir analisa o preço por aquisição a pagar do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Consolidado			
	2018	2019	2020 a 2022	Total
Em 31 de dezembro de 2017				
FACITEC	2.922			2.922
SÃO LUIS	8.588			8.588
IESAM	2.480	10.541		13.021
Estácio Amazonas	2.604	124		2.728
CEUT	3.016	1.644		4.660
FNC	13.051	13.051		26.102
FCAT	1.448	1.449		2.897
FUFS			3.180	3.180
Aquisição de imóveis	23.000			23.000
	<u>57.109</u>	<u>26.809</u>	<u>3.180</u>	<u>87.098</u>

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

	Consolidado			
	2017		2016	
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis	15.147	14.572	16.833	14.425
Trabalhistas	62.712	73.155	39.292	91.302
Tributárias	8.425	15.081	8.755	13.764
	<u>86.284</u>	<u>102.808</u>	<u>64.880</u>	<u>119.491</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o valor de R\$ 172 é referente à contingência tributária da controladora.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	2.253	24.475	6.329	33.057
Adições	26.745	156.855	3.212	186.812
Reversões	(11.538)	(65.004)	(786)	(77.328)
Baixas por pagamentos	(627)	(77.034)		(77.661)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	16.833	39.292	8.755	64.880
Adições	24.613	112.900	1.097	138.610
Reversões	(6.016)	(23.596)	(774)	(30.386)
Baixas por pagamentos	(18.955)	(55.298)	(653)	(74.906)
Atualização monetária das baixas	(1.328)	(10.586)		(11.914)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>15.147</u>	<u>62.712</u>	<u>8.425</u>	<u>86.284</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Composição resultado		
Adições	138.610	186.812
Reversões	<u>(30.386)</u>	<u>(77.328)</u>
Provisão para contingências	<u>108.224</u>	<u>109.484</u>
Custo de serviços prestados		(61.883)
Despesas gerais e administrativas (Nota 24)	(96.310)	(45.611)
Resultado financeiro (Nota 26)	<u>(11.914)</u>	<u>(1.990)</u>
	<u>(108.224)</u>	<u>(109.484)</u>

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Cobrança indevida	2.525
Imobiliário	5.146
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	847
Reconhecimento e cancelamento de curso / matrícula	2.263
FIES	715
Prouni	140
Honorários de êxito	1.491
Outros (i)	<u>2.020</u>
	<u>15.147</u>

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

<u>Objetos</u>	<u>Valores</u>
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	32.392
Horas extras + supressão inter + intrajornada	6.996
Dano moral / material / assédio moral	776
Cota previdenciária	4.897
Honorários	1.488
Desvio de função e equiparação	4.754
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	556
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	606
Férias	621
Honorários de êxito	1.713
Outros (i)	<u>7.913</u>
	<u>62.712</u>

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
ISS	99
Multa previdenciária	7
Honorários de êxito	8.319
	<u>8.425</u>

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações classificadas como perda possível não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

	Consolidado	
	2017	2016
Cíveis	158.010	165.518
Trabalhistas	136.266	121.726
Tributárias	446.740	465.220
	<u>741.016</u>	<u>752.464</u>

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

Objetos Cíveis	Valores
Cobrança Indevida	44.652
Imobiliário	36.494
Fies	25.428
Matrícula	10.477
Emissão de Certificado de Conclusão/Diploma e Colação de Grau	9.690
Multa Procon	4.435
PROUNI	2.082
Reconhecimento e Cancelamento de Curso	1.875
Acesso ao Sistema	1.080
Outros	21.797
	<u>158.010</u>

- (i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças Salariais e Rescisórias + Redução De Carga Horária + FGTS + aviso	47.919
Horas Extras + Supressão Inter + Intra	34.632
Cota Previdenciária	11.773
Desvio de Função e Equiparação	10.364
Dano Moral/Material/Assédio Moral	8.827
Multas (art. 467 clt, art. 477 CLT e CCT/ACT)	3.485
Honorários	3.460
Adicionais (Insalubridade/Noturno/Aprimoramento/Tempo de Serviço/Periculosidade)	2.007
Retificação CTPS + Rescisão Indireta + Reconhecimento Vínculo	1.559
Férias	1.140
Estabilidade	331
Outros (i)	10.729
	<u>136.226</u>

- (i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos Tributários	Valores
Contr. Previdenciárias / FGTS	258.830
ISS	164.877
PROUNI / PIS / COFINS	6.800
IRPJ / CSLL / IRRF	6.732
IPTU / FORO / IPVA	4.982
Multas diversas	2.099
Arrolamento de bens / CND / CEBAS	1.118
ICMS sobre energia elétrica	989
Taxas / Tarifa de esgoto	14
Outros	299
	446.740

A seguir resumimos a posição das principais ações classificadas como risco de perda possível:

Contribuição previdenciária:

- (i) Em razão da divergência de entendimento acerca do previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, os quais se encontram pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 117.956. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (ii) Autos de infração em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em 28 de julho de 2017, a Empresa recebeu a intimação formal do resultado de julgamento e, em 04 de dezembro de 2017, ajuizou a ação anulatória nº 0218718-96.2017.4.02.5101 para questionamento dos débitos remanescentes. A tutela provisória pleiteada nestes autos foi deferida e aguarda-se julgamento do mérito em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 14.238. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.
- (iii) A Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Foram apresentadas as respectivas impugnações, em 22 de setembro de 2011, através das quais, em linhas gerais, a SESES sustentou que sempre cumpriu integralmente todos os requisitos legais para o gozo do direito à isenção de tais contribuições previdenciárias até a data de transformação de sua natureza jurídica. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. Em 20.09.2016, os autos foram distribuídos para o Conselheiro Carlos Alberto do Amaral Azerado. No momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 119.481. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

ISS - Imposto sobre serviços:

- (i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004

e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em 16 de setembro de 2013, os quais estão pendentes de julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 32.924. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível.

- (ii) O Município do Rio de Janeiro lavrou auto de infração contra a SESES por entender que as bolsas de estudos não poderiam ser deduzidas da base de cálculo do ISS. A autuação abrangeu o período de agosto de 2009 a julho de 2010, cuja impugnação foi apresentada em 12 de abril de 2012. Em 12 de junho de 2012, os autos foram remetidos à Coordenadoria de Revisão e Julgamento Tributário. Em 1º de abril de 2014, a SESES tomou ciência da decisão que julgou improcedente a impugnação apresentada e manteve a autuação e interpôs recurso voluntário em 30 de abril de 2014. Para apreciação do recurso, os autos foram encaminhados para o Conselho dos Contribuintes em 02 de junho de 2014. No momento, aguarda-se nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. De acordo com a opinião dos nossos assessores jurídicos externos, a possibilidade de perda nesses processos é possível. O valor total envolvido é de R\$ 42.540.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2017 o capital social é representado por 317.896.418 ações ordinárias.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

Acionistas	Ações ordinárias			
	2017	%	2016	%
Administradores e conselheiros	817.606	0,2	473.031	0,1
Tesouraria	8.461.767	2,7	9.498.058	3,0
Outros (i)	308.617.045	97,1	307.925.329	96,9
	<u>317.896.418</u>	<u>100</u>	<u>317.896.418</u>	<u>100</u>

(i) *Free float*

Na assembleia geral ordinária e extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 55.330, devido o valor excedente da reserva de lucros em relação ao capital social, conforme previsto no art. 199 da Lei 6.404/76 e no art. 29, alínea “e” do estatuto social da companhia.

(b) Movimentação das ações do capital

Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

(c) Ações em tesouraria

Em Reunião do Conselho de Administração no dia 29 de junho de 2017, foi aprovado, o 5º Programa de Recompra de nossas ações, em bolsa de valores, de até 15.894.821 ações ordinárias equivalente a 5,00% do capital social. Para esse programa o prazo máximo de aquisição das referidas ações é de 359 dias, encerrando-se em 28 de junho de 2018. Até o fechamento do 31 de dezembro de 2017 nenhuma ação foi adquirida no referido programa.

	<u>Quantidade</u>	<u>Custo médio</u>	<u>Saldo</u>
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2016	9.498.058	15,42	146.430
Pagamento de opções outorgadas com ações em tesouraria	<u>(1.036.291)</u>	<u>15,42</u>	<u>(15.976)</u>
Ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2017	<u>8.461.767</u>	<u>15,42</u>	<u>130.454</u>

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	<u>498.899</u>	<u>498.899</u>
	<u>595.464</u>	<u>595.464</u>

(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial

O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:

	<u>2017</u>
Subscrição de 17.853.127 ações	(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	<u>522.204</u>
Ágio na emissão de ações	<u>498.899</u>

(d.2) Opções de outorgas e Incentivo de longo prazo

A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas e incentivos de longo prazo, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (vesting period), até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Deságio na alienação de ações em tesouraria

O deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma:

	<u>2017</u>
Valor de alienação de 1.036.291 ações	15.976
Valor pago pelas 1.036.291 ações	<u>(11.282)</u>
Deságio na alienação de ações em tesouraria	<u>4.694</u>

(e) Reservas de lucros

(e.1) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2017, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 302.520 a “Reserva para Efetivação de Novos Investimentos” referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorias em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será submetida à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 18 de abril de 2018.

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral realizada em 27 de abril de 2016 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 55.330. Com relação as demonstrações financeiras de 2017, será apreciado pelo Conselho de Administração, a se realizar em 15 de março de 2018, novo aumento de capital no montante de R\$8.946.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

No ano de 2016, foi pago o montante total de dividendos intermediários de R\$ 420 milhões, estabelecido no Protocolo e Justificação da possível incorporação das ações de emissão da Companhia pela Kroton Educacional S.A., aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Estácio em 15 de agosto de 2016. Em 2017 o Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE decidiu pela não aprovação da aquisição da Companhia pela Kroton Educacional S.A, conforme Nota 1.1.

Nos termos do Ofício 198/2016-DRE, de 12 de maio de 2016, da BM&FBOVESPA, farão jus aos dividendos intermediários declarados conforme acima descrito, as pessoas que estiverem inscritas como acionista da Companhia em 21 de dezembro de 2016. As ações passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 22 de dezembro de 2016.

Em 2017, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2016 no montante de R\$ 87.424.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro líquido do exercício da controladora	424.590	368.102
Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	(21.230)	(18.405)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	403.360	349.697
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	100.840	87.424
Quantidade de ações em 31 de dezembro	317.896.418	317.896.418
Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	(8.461.767)	(9.498.058)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,32588	0,28348

18 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

18.1 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agência de crédito *Standard & Poor's*, *Fitch* ou *Moody's*. Para caso de dois ou mais *ratings*, será considerado o *rating* da maioria. Em casos de *rating* distintos, a Cia utiliza o maior *rating* como base.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

(c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2017 em relação a 31 de dezembro de 2016.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

A Companhia vem implementando medidas para reverter o quadro de capital circulante líquido da controladora, tais como: o controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários, para obter o equilíbrio econômico financeiro no curto e médio prazo.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	70.923			
Empréstimos	327.952	193.357	20.652	1.850
Obrigações com arrendamento financeiro	21.322	15.247	2.889	
Preço de aquisição a pagar	57.109	28.486	3.361	
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	66.138			
Empréstimos	446.778	393.757	221.138	2.879
Obrigações com arrendamento financeiro	21.336	11	42.834	4.058
Preço de aquisição a pagar	53.565	48.101	33.432	
Partes relacionadas	633			

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2017 de 2016 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2017 (6,89% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2017, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Cenário elevação do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 510.450	CDI	6,89% 35.170	8,61% 43.963	10,34% 52.755
Debêntures II R\$ 244.053	CDI+1,18	8,15% (19.893)	9,89% (24.147)	11,64% (28.400)
Debêntures IV R\$ 100.421	CDI+1,50	8,49% (8.529)	10,24% (10.285)	11,99% (12.041)
IFC I R\$ 19.613	CDI+1,53	8,53% (1.672)	10,27% (2.015)	12,02% (2.358)
IFC II R\$ 11.151	CDI+1,69	8,70% (970)	10,45% (1.165)	12,20% (1.360)
NPs (2º Tranche) R\$ 142.854	CDI+1,65	8,65% (12.362)	10,40% (14.863)	12,16% (17.365)
Posição líquida		(8.256)	(8.512)	(8.769)

Cenário queda do CDI				
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras R\$ 510.450	CDI	6,89% 35.170	5,17% 26.738	3,45% 17.585
Debêntures II R\$ 244.053	CDI+1,18	8,15% (19.893)	6,41% (15.640)	4,67% (11.387)
Debêntures IV R\$ 100.421	CDI+1,50	8,49% (8.529)	6,75% (6.773)	5,00% (5.018)
IFC I R\$ 19.613	CDI+1,53	8,53% (1.672)	6,78% (1.329)	5,03% (986)
IFC II R\$ 11.151	CDI+1,69	8,70% (970)	6,94% (774)	5,19% (579)
NPs (2º Tranche) R\$ 142.854	CDI+1,65	8,65% (12.362)	6,90% (9.861)	5,15% (7.360)
Posição líquida		(8.256)	(7.639)	(7.745)

(f) Gestão de Capital

A dívida da Companhia para relação do capital ao final do período é apresentada a seguir em dados consolidados:

	Consolidado	
	2017	2016
Empréstimos e financiamentos (Nota 11)	567.321	1.022.533
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.996)	(58.340)
Dívida líquida	553.325	964.193
Patrimônio líquido	2.777.257	2.434.673
Dívida líquida sobre patrimônio	0,20	0,40

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia se aproximam dos seus valores justos.

Os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados como empréstimos e recebíveis ou outros passivos financeiros, com exceção dos títulos e valores mobiliários (Nota 3) classificados como títulos para negociação (Nível 2).

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pelo Grupo é o preço de transações atuais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais do IBOVESPA 50 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas do Grupo. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

(h) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2017 e de 2016.

19 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas	
	2017	2016
Responsabilidade civil dos diretores	150.000	80.000
Incêndio de bens do imobilizado		57.486
Responsabilidade civil	10.000	10.000
Despesa fixa		5.000
Equipamento eletrônico		5.000
Demais ramos		31.810
Seguro patrimonial (i)	68.386	
Vida em grupo	487.026	467.701

(i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.

20 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 21.988 e R\$ 29.026, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

Com o encerramento do 1º e 2º Programas, em 20 de dezembro de 2010 foi aprovada a criação do 3º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), sendo que o valor será acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 3 de janeiro de 2011, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 2 de abril de 2012 com o encerramento do 3º Programa foi aprovada a criação do 4º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 19,00 (dezenove reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de abril de 2012, até a data do efetivo exercício da opção.

A partir de 2013 a Companhia passou a utilizar para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial, porém a Companhia não modificará as outorgas antigas, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo de *Black and Scholes*.

Em 1º de março de 2013 com o encerramento do 4º Programa foi aprovada a criação do 5º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 40,00 (quarenta reais), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 1 de março de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 21 de maio de 2013 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o desdobramento das ações de emissão da Companhia na razão de 1 em 3 ações da mesma classe e espécie.

Em 02 de outubro de 2013 com o encerramento do 5º Programa foi aprovada criação do 6º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,67 (quinze reais e sessenta e sete centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 2 de outubro de 2013, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2017 o capital está dividido em 317.896.418 ações ordinárias nominativas.

Em 31 de dezembro de 2017 o número de opções outorgadas que foram exercidas foi de 11.593.133 ações (R\$ 90.696), sendo o total de ações outorgadas de 18.172.302 ações (R\$ 175.006).

Programas	Outorgadas	Opções Prescritas	Emitidas	Saldo de Ações
1P	11.910.909	5.067.255	6.374.115	
2P	1.411.563	798.438	481.290	
3P	1.805.373	451.929	1.269.316	21.181
4P	2.736.000	696.000	1.953.377	67.200
5P	720.000	348.000	232.606	21.000
6P	5.090.000	2.225.000	499.083	662.129
7P	889.000	347.800	29.206	339.495
8P	983.000	284.400	256.640	401.544
9P	1.300.000	300.000	410.000	590.000
10P	1.105.779	118.000	87.500	888.279
11P	991.010	133.510		857.500
Total Geral	28.942.634	10.770.332	11.593.133	3.848.328

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	<u>Ações exercidas</u>
31 de dezembro de 2015	9.305.555
31 de março de 2016	9.305.555
30 de junho de 2016	9.838.941
30 de setembro de 2016	10.556.842
31 de dezembro de 2016	10.556.842
31 de março de 2017	10.556.842
30 de junho de 2017	11.375.594
30 de setembro de 2017	11.375.594
31 de dezembro de 2017	11.593.133

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de *Black-Scholes* são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 1P jul/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 2,36	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.668	509.100
Programa 1P jul/08	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 3,15	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	538.176
Programa 1P jul/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 3,69	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 4,37	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,71	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	10	703.626	552.720
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2009	11/07/2018	R\$ 2,35	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	9	60.000	30.000
Programa 1P jul/08 Cons.	15/04/2010	11/07/2018	R\$ 3,14	R\$ 8,06	57,49%	0,97%	6,85%	8	60.000	30.000
Programa 1P set/08	15/04/2009	15/04/2019	R\$ 0,47	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.645	0
Programa 1P set/08	15/04/2010	15/02/2020	R\$ 1,12	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	9	663.633	399.999
Programa 1P set/08	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,55	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P set/08	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,08	R\$ 7,93	56,00%	1,62%	8,42%	10	663.633	399.999
Programa 1P jan/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 0,57	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.915	18.180
Programa 1P jan/09	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,21	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,62	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,92	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09	14/04/2014	15/04/2024	R\$ 2,11	R\$ 7,90	63,99%	1,72%	6,83%	10	90.909	72.729
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2010	13/01/2019	R\$ 0,57	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	8	1.363.635	0
Programa 1P jan/09 Cons.	15/04/2011	13/01/2019	R\$ 1,21	R\$ 7,91	63,99%	1,72%	6,83%	7	1.363.635	0
Programa 1P set/09	15/04/2010	15/04/2020	R\$ 1,78	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.582	0
Programa 1P set/09	15/04/2011	15/02/2021	R\$ 2,51	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	9	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,00	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,40	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	32.727
Programa 1P set/09	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,62	R\$ 8,02	56,75%	1,13%	5,64%	10	174.537	101.814
Programa 1P jan/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,96	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.112	10.914
Programa 1P jan/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,78	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 4,34	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	38.181
Programa 1P jan/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,76	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P jan/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 5,03	R\$ 8,01	63,15%	0,93%	6,23%	10	89.088	52.728
Programa 1P mar/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 3,23	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,77	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 4,18	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 1P mar/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,43	R\$ 7,88	62,20%	1,01%	6,21%	10	90.909	0
Programa 2P mai/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	0
Programa 2P mai/10	15/04/2012	15/04/2015	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	3	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P mai/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,52	R\$ 9,00	60,71%	1,62%	6,30%	10	140.625	140.625
Programa 2P jul/10	15/04/2011	15/04/2021	R\$ 1,37	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.702	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2012	14/04/2022	R\$ 2,19	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	39.063
Programa 2P jul/10	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,72	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,12	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	48.438
Programa 2P jul/10	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,36	R\$ 8,83	58,84%	1,52%	6,25%	10	129.684	60.936
Programa 2P nov/10 Cons.	15/04/2011	03/11/2020	R\$ 2,48	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	9	30.000	0
Programa 2P nov/10 Cons.	14/04/2012	03/11/2020	R\$ 3,34	R\$ 8,56	57,60%	1,52%	5,88%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,99	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.861	10.170
Programa 3P jan/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 3,02	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	35.592
Programa 3P jan/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,72	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 4,25	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,60	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	10	183.807	51.072
Programa 3P jan/11 Cons.	15/04/2012	03/01/2021	R\$ 2,00	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	8	30.000	0
Programa 3P jan/11 Cons.	14/04/2013	03/01/2021	R\$ 3,03	R\$ 10,31	56,55%	1,14%	5,79%	7	30.000	0
Programa 3P abr/11	15/04/2012	15/04/2022	R\$ 1,29	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.324	12.717
Programa 3P abr/11	14/04/2013	14/04/2023	R\$ 2,27	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	38.133
Programa 3P abr/11	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,92	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,42	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	61.011
Programa 3P abr/11	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,74	R\$ 10,04	54,94%	1,32%	6,20%	10	165.240	80.079

(i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial, são descritas a seguir:

Programa	Fim da Carência	Data de Vencimento	Fair Value	Preço do Ativo Base	Expectativa de Volatilidade Anual	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Vida Estimada (anos)	Quantidade de Opções Outorgadas	Quantidade de Opções Prescritas
Programa 4P abr/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 1,12	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	27.000
Programa 4P abr/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 1,81	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 2,26	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	42.000
Programa 4P abr/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 2,60	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	60.000
Programa 4P abr/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 2,82	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	10	234.000	138.000
Programa 4P abr/12 Cons.	15/04/2013	02/04/2022	R\$ 1,09	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	8	180.000	0
Programa 4P abr/12 Cons.	14/04/2014	02/04/2022	R\$ 1,78	R\$ 7,84	51,66%	1,65%	4,29%	7	180.000	0
Programa 4P jul/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,23	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 2,96	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	0
Programa 4P jul/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,46	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 3,86	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	9.000
Programa 4P jul/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,12	R\$ 7,65	50,78%	1,23%	4,29%	10	48.000	48.000
Programa 4P ago/12	15/04/2013	15/04/2023	R\$ 2,64	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	0
Programa 4P ago/12	14/04/2014	14/04/2024	R\$ 3,37	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2015	14/04/2025	R\$ 3,88	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2016	14/04/2026	R\$ 4,29	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P ago/12	14/04/2017	14/04/2027	R\$ 4,55	R\$ 7,54	50,39%	1,15%	4,29%	10	18.000	18.000
Programa 4P nov/12	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,31	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 6,88	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	0
Programa 4P nov/12	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,36	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 7,79	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P nov/12	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,08	R\$ 7,38	49,44%	0,76%	3,50%	10	15.000	15.000
Programa 4P jan/13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 8,23	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,35	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 8,48	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	7.200
Programa 4P jan/13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,62	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	88.200
Programa 4P jan/13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,75	R\$ 7,32	33,47%	0,00%	3,90%	10	160.200	94.200
Programa 5P 3	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 6,37	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	0
Programa 5P 3	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 7,02	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	21.000
Programa 5P 3	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 7,60	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 8,11	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	102.000
Programa 5P 3	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 8,58	R\$ 15,33	39,85%	0,00%	11,02%	10	144.000	123.000
Programa 6P out13	15/04/2014	15/04/2024	R\$ 5,05	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out13	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 5,79	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	5.000
Programa 6P out13	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 6,40	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	19.000
Programa 6P out13	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,94	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	88.000
Programa 6P out13	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,43	R\$ 17,48	28,80%	0,00%	11,99%	10	265.000	110.000
Programa 6P Jul14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 15,13	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	0
Programa 6P Jul14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,76	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	80.000
Programa 6P Jul14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 16,41	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	602.000
Programa 6P Jul14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 17,05	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	602.000
Programa 6P Jul14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 17,65	R\$ 16,79	26,43%	0,00%	11,99%	10	608.000	602.000
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	R\$ 15,09	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	9	162.500	0
Programa 6P Jul14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	R\$ 15,69	R\$ 16,79	28,80%	0,00%	11,99%	8	162.500	0
Programa 6P Ago14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 14,48	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	0
Programa 6P Ago14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 15,10	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 15,74	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 16,38	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 16,98	R\$ 16,88	26,68%	0,00%	11,99%	10	60.000	28.000
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	R\$ 14,43	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	9	50.000	0
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	R\$ 15,02	R\$ 16,88	28,80%	0,00%	11,99%	8	50.000	0
Programa 7P Out14	15/04/2015	15/04/2025	R\$ 8,58	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	16.000
Programa 7P Out14	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 9,71	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	37.000
Programa 7P Out14	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 10,64	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	86.000
Programa 7P Out14	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 11,47	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	93.400
Programa 7P Out14	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 12,24	R\$ 25,40	28,80%	0,00%	11,99%	10	177.800	93.400
Programa 8P Out15	15/04/2016	15/04/2026	R\$ 5,45	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	2.000
Programa 8P Out15	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,42	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	56.800
Programa 8P Out15	15/04/2018	15/04/2028	R\$ 7,20	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	70.800
Programa 8P Out15	15/04/2019	15/04/2029	R\$ 7,88	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	70.800
Programa 8P Out15	15/04/2020	15/04/2030	R\$ 8,47	R\$ 13,15	28,80%	0,00%	11,99%	10	196.600	70.800
9º Programa Abr16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,02	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 6,66	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 7,14	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 7,52	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 7,83	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	10	80.000	20.000
9º Programa Abr16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 3,17	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
9º Programa Abr16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 4,43	R\$ 11,87	54,57%	0,00%	12,93%	2	450.000	100.000
10º Programa Jul16	15/04/2017	15/04/2027	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	2.000
10º Programa Jul16	15/04/2018	15/04/2027	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	29.000
10º Programa Jul16	15/04/2019	15/04/2027	R\$ 8,61	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	29.000
10º Programa Jul16	15/04/2020	15/04/2027	R\$ 9,18	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	29.000
10º Programa Jul16	15/04/2021	15/04/2027	R\$ 9,64	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	10	208.000	29.000
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	29/04/2017	R\$ 6,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	32.890	0
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	29/04/2018	R\$ 7,89	R\$ 15,12	59,18%	0,00%	12,50%	2	32.890	0
11º Programa Abr17	15/05/2018	15/05/2028	R\$ 6,14	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	12.000
11º Programa Abr17	15/05/2019	15/05/2028	R\$ 6,84	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	12.000
11º Programa Abr17	15/05/2020	15/05/2028	R\$ 7,41	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	12.000
11º Programa Abr17	15/05/2021	15/05/2028	R\$ 7,86	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	12.000
11º Programa Abr17	15/05/2022	15/05/2028	R\$ 8,26	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	10	188.000	12.000
11º Programa Abr17 Cons.	15/05/2018	29/04/2018	R\$ 6,14	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	2	25.505	25.505
11º Programa Abr17 Cons.	15/05/2019	29/04/2019	R\$ 6,84	R\$ 14,18	46,66%	0,00%	8,94%	2	25.505	25.505

(i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecida R\$ 7.458 (R\$ 1.505 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 72.907 (R\$ 65.449 em 31 de dezembro de 2016).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Diretoria estatutária

	2017		2016 (Reapresentado)	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,73	1.131.355	13,73	921.660
Transferência sócios	0,00	0,00		
Concedidas	11,14	0,00	15,82	748.013
Exercidas	13,65	9.664	10,03	222.852
Abandonadas	0,00	0,00		
	<u>8,22</u>	<u>1.121.691</u>	<u>19,52</u>	<u>1.446.821</u>

Conselho de administração

	2017		2016 (Reapresentado)	
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro	10,25	965.779	8	188.130
Concedidas	0,00	0,00		
Exercidas	9,70	25.000		
Decaídas (i)	0,00	0,00	8	188.130
	<u>0,55</u>	<u>940.779</u>	<u>0,00</u>	<u>0</u>

(i) No 2º trimestre de 2016, com o fim do mandato do conselho, as opções não exercidas foram decaídas.

(c) Programa especial de incentivo de longo prazo

O Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP", aprovado na RCA de 28 de Janeiro de 2014 e ratificado pela AGO/E de 30 de abril de 2014, foi criado com o intuito de aperfeiçoar as práticas de Governança Corporativa da Estácio, bem como fortalecer os incentivos para a permanência e estabilidade de longo prazo dos Diretores Estatutários, dentro do contexto de uma Companhia Aberta com controle acionário pulverizado.

O Programa tem como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependerá do valor de mercado de suas ações, podendo ser liquidado em dinheiro ou em ações, sendo decisão da entidade a forma de liquidação. Atualmente a Estácio estima liquidar através das ações mantidas em tesouraria.

Em 05 de fevereiro de 2015, a Companhia recebeu deferimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do ofício CVM/SEP/GEA-2/Nº034/2014, sobre consulta protocolada em 25 de agosto de 2014, na qual solicitou autorização para utilização de ações em tesouraria no programa de remuneração de longo prazo (ILP).

A remuneração, no âmbito do presente Programa, será paga em 4 (quatro) parcelas anuais, com vencimentos em 30 de abril de 2015, 30 de abril de 2016, 30 de abril de 2017 e 30 de abril de 2018, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações (sendo tal quantidade denominada "Ações de Referência") pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorrerá cada

pagamento. O somatório da quantidade de Ações de Referência a serem concedidas a todos os beneficiários conjuntamente considerados será de 994.080 ações.

Cabe ressaltar que o pagamento de cada parcela anual de remuneração devida nos termos do Programa está condicionado à deliberação e aprovação pelos acionistas da Estácio, reunidos em assembleia geral ordinária no respectivo exercício social, como parte integrante da remuneração global fixada para a administração da Estácio.

Adicionalmente, a critério exclusivo do Conselho de Administração, uma ou mais parcelas de remuneração previstas, podem ser pagas mediante a entrega de ações que a Companhia mantenha em tesouraria, desde que em estrita conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

Em 20 de maio de 2016 foi realizado o pagamento do programa de Incentivo de Longo Prazo de 236.520 ações (R\$ 3.692) liquidado com ações mantidas em tesouraria.

A Companhia reconhece trimestralmente o incentivo de longo prazo, como reserva de capital com contrapartida no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido R\$ 94 (R\$ 1.490 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). O valor da provisão do programa em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 304 (R\$ 210 em 31 de dezembro de 2016).

21 Resultado por ações

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	424.590	368.102
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	308.875	317.229
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	1,37464	1,16037

(b) Resultado por ações - diluído

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	424.590	368.102
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	308.875	317.229
Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	964	230
Média ponderada ajustada de ações em circulação	309.839	317.459
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	1,37036	1,15953

22 Receita líquida de serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Receita bruta presencial	4.722.732	4.274.440
Receita bruta EAD	688.014	529.699
	5.410.746	4.804.139
Deduções da receita bruta	(2.031.767)	(1.619.634)
Gratuidades - bolsas de estudo	(1.727.568)	(1.349.400)
Devolução de mensalidades e taxas	(7.910)	(7.434)
Descontos concedidos	(17.604)	(22.289)
Impostos	(152.425)	(133.469)
Ajuste a valor presente - PAR (Nota 4)	(11.195)	

FGEDUC	(69.086)	(87.382)
Outros (i)	(45.979)	(19.660)
	<u>3.378.979</u>	<u>3.184.505</u>

(i) Refere-se ao repasse para os parceiros dos polos EAD.

23 Custos dos serviços prestados

	Consolidado	
	2017	2016
Pessoal e encargos sociais	(1.312.676)	(1.273.064)
Provisão para contingência trabalhista (i)		(61.883)
Energia elétrica, água, gás e telefone	(41.866)	(46.441)
Aluguéis, condomínios e IPTU	(250.601)	(245.166)
Correios e Malotes	(2.717)	(2.011)
Depreciação e amortização	(96.752)	(93.209)
Material didático	(10.760)	(29.450)
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(61.741)	(57.818)
	<u>(1.777.113)</u>	<u>(1.809.042)</u>

(i) A partir de 2017, os gastos com acordos trabalhistas estão sendo alocados na despesa de provisão para contingências (nota 24).

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 122.324 em 2017 (R\$ 25.870 em 2016) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas comerciais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(235.074)	(158.617)
Publicidade			(164.518)	(166.582)
Vendas e marketing			(42.382)	(48.028)
Outras			(1.587)	(3.058)
			<u>(443.561)</u>	<u>(376.285)</u>
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal e encargos sociais	(5.897)	(4.189)	(179.727)	(167.707)
Serviços de terceiros	(6.063)	(9.797)	(87.949)	(97.279)
Material de consumo			(2.689)	(3.389)
Manutenção e reparos	(60)	(44)	(45.385)	(35.287)
Depreciação e amortização	(16.484)	(21.289)	(97.520)	(100.057)
Convênios educacionais	(29)	(396)	(9.620)	(10.455)
Viagens e estadias	(244)	(180)	(8.748)	(9.458)
Eventos institucionais	(4)	(11)	(2.980)	(17.313)
Provisão para contingências (i)	(171)		(96.310)	(45.611)
Cópias e encadernações	(2)		(5.421)	(7.529)
Seguros	(8.568)	(5.992)	(9.457)	(6.695)
Material de limpeza			(3.386)	(3.558)
Condução e transporte	(6)	(12)	(6.368)	(5.316)
Aluguel de veículo			(3.524)	(2.746)
Outras	(1.148)	(1.256)	(39.240)	(25.977)
	<u>(38.676)</u>	<u>(43.166)</u>	<u>(598.324)</u>	<u>(538.377)</u>

(i) Os gastos com acordos trabalhistas, a partir de 2017 estão alocados na despesa de provisão para contingências (em 2016 alocados como custo de pessoal – Nota 23)

25 Outras receitas/despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas com convênios	1.633	1.634	2.653	2.684
Receitas de aluguéis			9.287	10.152
Ganho (perda) de capital no imobilizado (i)	(14.044)		(24.326)	(16.515)
Receita web aula				114
Intermediação de negócios				639
Outras receitas (despesas) operacionais	314	(387)	(4.084)	1.216
	<u>(12.097)</u>	<u>1.247</u>	<u>(16.470)</u>	<u>(1.710)</u>

(i) Na controladora, refere-se, principalmente, à baixa por *impairment* do ágio de sua controlada Nova Academia. No consolidado, refere-se à baixa de imobilizado de unidades fechadas da empresa IREP e provisão para perda de imobilizado de imóveis que serão entregues em 2018.

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Multas e juros recebidos por atraso			28.248	24.851
Atualização contas a receber FIES			10.805	32.456
Rendimentos de aplicações financeiras	10.385	27.136	48.289	62.738
Juros sobre capital próprio				1.275
Atualização de créditos fiscais	3.043		10.194	
Variação monetária ativa		3.037	385	10.316
Variação cambial ativa		27.958	3	27.960
Ganho com instrumento derivativo - <i>SWAP</i>		471		471
Ajuste a valor presente - FIES			13.194	14.920
Atualização venda da carteira			5.702	
Outras		84	1.039	151
	<u>13.428</u>	<u>58.686</u>	<u>117.859</u>	<u>175.138</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(2.391)	(2.853)	(15.843)	(13.433)
Juros e encargos financeiros	(97.489)	(114.205)	(129.195)	(137.244)
Juros sobre capital próprio		(1.275)		(1.275)
Atualização contingências	(1)		(11.914)	(1.990)
Descontos financeiros (i)			(54.763)	(41.492)
Variação monetária passiva			(6.561)	(8.607)
Perda com instrumento derivativo - <i>SWAP</i>		(26.036)		(26.036)
Variação cambial passiva		(10.958)	(4)	(10.967)
Outras	(9.818)	(2.469)	(11.032)	(20.392)
	<u>(109.699)</u>	<u>(157.796)</u>	<u>(229.312)</u>	<u>(261.436)</u>

(i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	403.286	361.239	432.058	372.793
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(137.117)	(122.821)	(146.900)	(126.750)
Depreciação	(5)	(8)	(1.431)	805
Arrendamento / leasing			(1.112)	(237)
Ajuste a valor presente			615	5.073
Equivalência patrimonial	187.112	170.771		
Amortização de ágio	(5.579)	(6.743)	(9.963)	(13.672)
Despesas não dedutíveis (i)			(2.789)	(2.740)
Opções outorgadas / provisão ILP funcionários			(2.568)	(1.018)
Prejuízo fiscal não constituído	(44.485)	(41.067)	(47.850)	(45.025)
Provisão para perda no imobilizado			(2.424)	69
Provisão para contingências	(58)		(7.477)	(10.157)
PCLD (ii)	132	(132)	(2.517)	(102)
Mensalidades a cancelar e faturar			3.047	5.541
Provisão de risco FIES			(540)	(1.040)
Outras			1.419	(471)
			(220.490)	(189.724)
Benefícios fiscais				
Incentivo fiscal - PROUNI			175.123	164.596
Incentivo fiscal - Lei Rouanet			4.211	4.317
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício			(41.156)	(20.811)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

(ii) Refere-se aos alunos com carnês em abertos vencidos há mais de 180 dias, e a provisão para cancelamento de boletos de mensalidades.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social correntes			(41.156)	(20.811)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.509	6.798	21.293	16.120
Imposto de renda e contribuição social diferido – PERT(i)	15.795	65	12.395	
	21.304	6.863	(7.468)	(4.691)

(i) Em 2017 as empresas Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, IREP Sociedade de Ensino Superior Médio e Fundamental Ltda, Sociedade Educacional Atual da Amazonia Ltda, Sociedade Universitária de Excelência Educacional Rio Grande do Norte Ltda, Sociedade Educacional da Amazonia Ltda, Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul Ltda, Unisaoluis Educacional Ltda, Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda, Assesc Sociedade Educacional da Amazônia Ltda, Sociedade de Ensino Superior Estácio Ribeirão Preto Ltda e Organização Paraense Educacional e de Empreendimentos Ltda aderiram ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) patrocinado pela Receita Federal do Brasil e, por consequência, liquidou saldos de IRPJ/CSLL a pagar no montante de R\$ 24.174, sendo R\$ 1.215 liquidados em dinheiro em cinco parcelas mensais a partir de agosto de 2017 e R\$ 18.864 em créditos de prejuízos fiscais próprios e da holding Estácio Participações.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 56.440 (R\$ 35.148 em 31 de dezembro de 2016). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ajuste a valor presente			3.871	4.486
Provisão para contingências	58		28.860	21.383
PCLD		132	4.899	2.382
Mensalidades a cancelar			2.090	5.138
Provisão para desmobilização			4.149	5.193
Provisão para perda no imobilizado			2.424	
Fundo de comércio	(4.432)	(10.011)	(14.471)	(24.238)
Provisão Risco Fies			6.766	6.226
Opções outorgadas reconhecidas			27.763	25.195
Arrendamentos e Leasing			(141)	
Ágio Incorporadas			(11.290)	(10.706)
Depreciação	13	8	626	(805)
Prejuízo fiscal			894	894
	<u>(4.361)</u>	<u>(9.871)</u>	<u>56.440</u>	<u>35.148</u>
Ativo			70.617	58.752
Passivo	<u>(4.361)</u>	<u>(9.871)</u>	<u>(14.177)</u>	<u>(23.604)</u>
	<u>(4.361)</u>	<u>(9.871)</u>	<u>56.440</u>	<u>35.148</u>

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2017 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 107.481 (R\$ 78.856 em 31 de dezembro de 2016) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

28 Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia, a data de 31 de dezembro, a saber:

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017			
Arrendamentos Operacionais	20.560	17.358	
Contratos de aluguel dos campi	195.270	606.145	453.107
Em 31 de dezembro de 2016			
Arrendamentos Operacionais	20.981	46.903	
Contratos de aluguel dos campi	212.989	675.069	582.723